

NOMES PRÓPRIOS ENTRE SEMÂNTICA E EPISTEMOLOGIA EM RUSSELL*

GUIDO IMAGUIRE

*Departamento de Filosofia
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal do Ceará
Avenida da Universidade, 2995, Benfica
60020-180 FORTALEZA, CE
BRASIL*

Guido_imaguire@yahoo.com

Resumo: Este artigo pretende ser uma exposição crítica da teoria de termos singulares de Russell. Nos seus textos sobre a semântica dos nomes próprios Russell defende uma forma mista de descritivismo (nomes próprios expressam ou abreviam descrições definidas). Infelizmente esses textos são extremamente imprecisos. Minha principal crítica será a confusão (ou fusão) de Russell entre aspectos semânticos e epistemológicos.

Palavras-chave: Russell. Termos singulares. Semânticas. Epistemologia.

Abstract: This paper is intended as a critical exposition of Russell's theory of singular terms. In his texts about the semantics of proper names Russell defends a mixed form of descriptivism (proper names express or abbreviate definite descriptions). Unfortunately these texts are extremely imprecise. My main criticism aims Russell's confusion (or, at least, fusion) between semantical and epistemological issues.

Key-words: Russell. Singular terms. Semantics. Epistemology.

* Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla realizada conjuntamente com Valdetônio Pereira de Alencar, e que conta com o apoio do CNPq.

Se caracterizarmos a reviravolta lingüística contemporânea como um paradigma de superação e dissolução de questões ontológicas e epistemológicas em termos de questões semânticas, então Bertrand Russell pode ser considerado um autor ainda de transição. Em diversas passagens Russell explicita sua convicção de que a análise da linguagem não é um fim por si só na filosofia, e que sua importância é apenas instrumental e negativa. Com a análise da linguagem eliminamos os pseudo-problemas e argumentos falaciosos revelando as verdadeiras questões da filosofia em sua forma mais pura. Uma rápida leitura da sua obra popular *The Problems of Philosophy* (1912) revela o caráter ainda cartesiano da sua concepção de filosofia, compreendida como busca por certeza no conhecimento. Mesmo o seu projeto logicista pode ser interpretado no espírito do ímpeto fundacionalista, típico para o pensamento moderno (no sentido de “pré-contemporâneo”).

Além disso, diferente de Frege e Wittgenstein, que pretenderam explicitamente expurgar quaisquer resquícios epistemológicos, em especial resquícios epistemológicos mentais e subjetivos, da semântica, Russell permitiu que tais elementos fossem subrepticamente introjetados nas suas investigações semânticas. Meu objetivo principal neste artigo é a discussão de alguns aspectos da concepção de Russell sobre a semântica dos termos singulares, em particular dos nomes próprios, como uma espécie de estudo de caso, com o intuito de explicitar justamente essa mistura de níveis. Minha diagnose crítica, ao final, será a de uma confusão (ou, no mínimo, uma fusão) entre epistemologia e semântica em Russell em vários escritos de diferentes períodos de sua produção.

1. DESCRITIVISMO, NÃO-DESCRITIVISMO E SUAS TESES BÁSICAS

Distingue-se, em geral, dois tipos de termos singulares: as descrições definidas (DD), compostas por um artigo definido e um (ou mais) elemento(s) predicativo(s), ou seja, expressões do tipo “o tal-e-tal” como “o atual presidente do Brasil”, “o menor número primo” e “o maior

número natural” e os nomes próprios, i.e. expressões como “Brasil”, “Pedro” e “dois”. Outros termos singulares são os pronomes pessoais, cujo comportamento semântico depende anaforicamente da expressão a que se refere (podendo funcionar, portanto, como NPs ou como DDs), e os deícticos (“isto”, “aquilo”), que, em geral, são concebidos com nomes próprios especiais.

A discussão sobre a semântica dos termos singulares na filosofia analítica da linguagem pode ser basicamente dividida em duas correntes principais: o descritivismo, por um lado, afirma que um NP expressa, abrevia ou é associado a uma DD ou a um feixe destas. As teorias da referência direta ou não-descritivistas, por outro lado, afirmam que um NP se refere diretamente (sem intermediação de um sentido) a uma entidade sobre a qual se pretenda falar. Essas duas correntes principais se subdividem em variantes que afirmam uma ou diferentes combinações de algumas teses básicas. As teses básicas do descritivismo são:

- (Da) Um NP expressa o sentido de uma DD.
- (Db) Um NP expressa (abrevia) os sentidos de um feixe de DD's.
- (Dc) Um NP expressa o sentido de uma DD metalingüística (Pedro =_{def.} aquele que chamamos de “Pedro”).
- (Dd) Um NP abrevia um feixe de descrições protocolares de sensações imediatas.
- (De) Um NP é associado por diferentes falantes ao sentido de diferentes DD's.

As teses básicas da teoria da referência direta são:

- (NDa) Um NP é uma expressão denotativa sem conotação (Mill).
- (NDb) O significado de um NP é a sua própria referência.
- (NDc) Um NP é um designador rígido, denotando o mesmo objeto particular em todos os mundos possíveis nos quais ele existe.
- (NDd) Um NP é causalmente ligado à sua referência e transmitido numa cadeia comunicacional.

Antes de investigarmos a concepção de Russell, vale lembrar algumas das idéias de Frege sobre o tema, como um paradigma clássico de tentativa de construção de uma teoria semântica isenta de elementos epistemológicos. Embora Frege analise detalhadamente os termos singulares em geral (*Eigennamen*), suas referências ao problema dos NP's naturais são parcas. Destacam-se duas passagens: uma nota de rodapé de *Über Sinn und Bedeutung* (1892) e a famosa passagem sobre Dr. Gustav Lauben no artigo *Der Gedanke* (1918). Em ambas passagens fica claro que Frege não defende, como supõem alguns intérpretes, (Da): ele não afirma que um NP *expressa* ou *possui* um sentido (no mesmo sentido em que “mãe” e “progenitora” expressam o mesmo sentido), e sim que diferentes falantes *associam* (e associar não é expressar) diferentes DDs ao NP. Assim, ao contrário do que supõem as interpretações mencionadas, Frege é imune ao clássico argumento da analiticidade, segundo o qual, se “Aristóteles” significasse “o discípulo de Platão”, então o enunciado “Aristóteles foi discípulo de Platão” seria analítico. Os casos paradigmáticos para uma identificação do sentido de um NP com o sentido de uma DD são os NP's associados publicamente a somente uma característica identificadora: “Santa Ana” (mãe de Virgem Maria) ou “Homero” (autor de *Iliada* e *Odisséia*). Sobre estes Frege não se pronuncia.¹

De qualquer forma, nestas passagens Frege defende explicitamente (De). A semântica de Frege é construída com um extremo cuidado para evitar não apenas qualquer forma de psicologismo e subjetivismo,

¹ O fato de que Frege insiste em que todas as expressões da linguagem expressam um sentido poderia ser interpretado como uma defesa implícita do descritivismo dos NP's. Essa defesa dependeria, no entanto, de uma leitura carnapiana de Frege, como se o seu sentido (*Sinn*) fosse uma instância intensional intermediária entre o signo e a referência, o que é, no mínimo, controverso. Segundo muitos intérpretes, como p.ex. Chateaubriand, o sentido de Frege não é uma instância de intermediação semântica, mas uma propriedade objetiva individuadora da referência. Ver uma mesa a partir de uma dentre diferentes perspectivas possíveis não significa ver a mesa de modo indireto.

mas de qualquer elemento epistemológico em geral. (Dispensa lembrar que nem toda, nem a maior parte da epistemologia, é mentalista) A noção de *apreensão do sentido* (*das Begreifen des Sinnes*) das expressões, mencionada na teoria dos juízos de Frege, é marginal e irrelevante para as demais caracterizações semânticas. A apreensão do sentido de uma expressão não é uma característica constitutiva desse sentido. Existe, no entanto, na sua concepção dos NP's, em particular, na noção de variação dos sentidos associados por diferentes falantes aos NP's, um resquício subjetivo. Embora os sentidos das expressões da linguagem sejam objetivos, a determinação de qual sentido particular é associado a um NP é subjetiva (no sentido de “variável de acordo com o sujeito individual”). NP's parecem inevitavelmente carregar algum aspecto epistemológico subjetivo. Isso é ainda mais claro no caso de Russell.

2. NOMEAÇÃO E O PRINCÍPIO DE REFERÊNCIA PLENA EM RUSSELL

Não há em Russell uma teoria uniforme sobre NP's, e isso não se deve apenas às freqüentes mudanças de posição do seu pensamento nômade. Num mesmo texto podemos encontrar teses incompatíveis ou, no mínimo, de difícil conciliação. Além disso, Russell peca por uma notória falta de rigor em sua exposição sobre os NP's. Em geral, considera-se Russell um descritivista,² embora ele pareça sugerir em alguns textos a tese da referência direta, tanto antes como depois da descoberta da teoria das descrições. Em *Principles of Mathematics* (1903), portanto dois anos antes da publicação de “On Denoting”, podemos ler:

It seems to me that only such proper names as are derived from concepts by means of *the* can be said to have meaning, and that such words as *John* merely indicate without meaning. (PoM § 476)

² Veja tal interpretação em Kripke (1972/1980) e em Haak (1978).

Na sua autobiografia filosófica *My Philosophical Development* (1959) encontramos uma asserção semelhante:

This shows that it is necessary to distinguish between a name and a description: 'Scott' is a name, but 'the author of *Waverley*' is a description. (MPD: 64)

Poder-se-ia negligenciar esta última passagem, pois ela constitui apenas um trecho de uma obra mais popular. Em textos mais rigorosos, de fato, Russell distingue aparentes NP's de NP's *lógicos* ou *genuínos*, afirmando que os NP's naturais são “descrições truncadas”. Os NP's naturais não satisfazem as condições de nomeação direta, cumpridas rigorosamente somente pelos NP's lógicos:

Common words, even proper names, are usually really descriptions. That is to say, the thought in the mind of a person using a proper name correctly can generally only be expressed explicitly if we replace the proper name by a description. (KAKD 206)

You see, therefore, that this proposition “Romulus existed” or “Romulus did not exist” does introduce a propositional function, because the name “Romulus” is not really a name but a sort of truncated description. It stands for a person who did such-and-such things, who killed Remus, and founded Rome, and so on. It is short for that description; if you like, it is short for “the person who was called ‘Romulus’”. (PLA 243)

The names that we commonly use, like “Socrates”, are really abbreviations for descriptions. (IMT 62)

Essa é a “posição oficial” de Russell, que poderia ser chamada, seguindo a sugestão de McCulloch (1984), de “ortodoxia Russelliana”, e que consiste, a rigor, não num descritivismo dos NP's, mas na defesa de um anti-descritivismo prototípico. O cerne da sua intuição é justamente que nem todas as expressões que se comportam superficialmente como NP's, de fato, o são. Devido à exigência imposta aos NP's, a saber, a de indicar sem significar uma denotação, Russell conclui que poucas expres-

sões são verdadeiramente NP's. Numa palavra: NP's naturais não são NP's lógicos.

Em IMT (1950: 95) Russell oferece uma definição sintática dos NP's. Para isso, ele introduz inicialmente a definição de uma *sentença atômica* como uma sentença na qual não ocorre nenhum termo lógico nem uma sentença subordinada. Uma sentença atômica contém uma relação (um predicado) n-ária ($n \geq 1$), e o menor número possível de termos que compõem uma sentença significativa. Assim,

Se $R_n(x_1, x_2, \dots, x_n)$ é uma sentença atômica, x_1, x_2, \dots, x_n são nomes.

Perceba-se que, segundo tal definição sintática, termos para universais como “verde” poderiam *prima facie* ser considerados NP's (p.ex. em “verde é mais bonito que azul”), a não ser que se restrinja tais sentenças atômicas a sentenças de primeira ordem, o que, por sua vez, tornaria necessário definir o domínio dos indivíduos (nível zero) da hierarquia. Neste caso uma definição semântica dos NP's como signos para indivíduos seria muito mais propícia. Uma outra alternativa seria supor que sentenças de ordem superior contenham sempre implicitamente termos lógicos (embora não me pareça convincente que “verde é mais bonito que azul” deva ser interpretado quantificacionalmente: $\forall x \forall y$ (verde(x) \wedge azul(y) \rightarrow x mais bonito que y)). Em todo caso, tal tipo de restrição parece ser implicitamente suposto por Russell, pelo menos em PLA (muitos anos antes: 1918), onde ele oferece uma definição semântica de NP's. Primeiramente, neste texto, ele define fatos atômicos:

Atomic facts contains, besides the relation, the terms of the relation-one term if it is a monadic relation, two if it is dyadic, and so on. These “terms” which come into atomic facts I define as “particulars” (PLA 60)

Recorrendo aos fatos atômicos ele define os particulares ou indivíduos:

Particulars = terms of relations in atomic facts Df.
 That is the definition of particulars and I want to emphasize it because
 the definition of a particular is something purely logical. (PLA 61)

E, finalmente, definidos os particulares ele define NP's:

The only kind of words that is theoretically capable of standing for a particular is a *proper name*, and the whole matter of proper names is rather curious.
 Proper name = words for particulars Df.

De acordo com esta definição semântica, diferente da definição sintática de IMT, a nomeação de universais é explicitamente excluída. No entanto, no tempo de KAKD (1910), Russell admite, e até investiga, como logo veremos, a nomeação de universais e de formas lógicas puras. A concepção de Russell a respeito dos NP's carece completamente de uniformidade e rigor.

Semelhante a Frege, Russell obedece a uma espécie de princípio de tolerância semântica: mesmo uma sentença que não tem referência correspondente para cada um de seus termos subsentenciais não-lógicos deve ser considerada significativa, e não uma aberração gramatical. A solução de Frege consistiu em aceitar sentidos sem referência e sentenças significativas sem valor de verdade. A estratégia de Russell consistiu em supor uma referência implícita dos termos superficialmente não denotativos, o que o levou, por sua vez, a uma noção mais radical de análise, desenvolvida tecnicamente na teoria das descrições definidas. Mas a obediência ao princípio de tolerância semântica se torna difícil se coadunada ao *princípio de não-vacuidade*, também chamado desde Evans (1982) de *princípio de Russell*, segundo o qual o significado e, por decorrência, a possibilidade de compreensão de uma sentença dependem da referência plena, ou seja, da existência de uma referência para cada uma das expressões não-lógicas que constituem a sentença. Dito negativamente: não pode haver uma lacuna referencial numa sentença significativa e compreensível. Esse princípio pode ser formulado em duas variantes diferentes,

uma mais epistemológica, que indica a condição de compreensibilidade da sentença, e outra mais semântica, que indica a condição de significatividade da sentença. A versão epistemológica é:

Every proposition which we can understand must be composed wholly of constituents with which we are acquainted. (KAKD 209, cursivo no original, semelhante em PLA 53)

Não existe uma formulação padrão e uniforme da versão semântica, que poderíamos propor da seguinte forma:

Toda proposição significativa precisa ser analisável em termos lógicos, relações n-árias e de nomes com referência (não vacuosos).

As passagens de Russell que mais se aproximam de tal formulação são:

(...) you cannot have a constituent of a proposition which is nothing at all. Every constituent has got to be there as one of the things in the world. (IMT 109)

Whenever the grammatical subject of a proposition can be supposed not to exist without rendering the proposition meaningless, it is plain that the grammatical subject is not a proper name, i.e. not a name directly representing some object. Thus in all such cases, the proposition must be capable of being so analyzed that what was the grammatical subject shall have disappeared. (PM I: 66)

Surpreende o fato de que Russell costume usar a formulação epistemológica, mesmo em contextos não epistemológicos, como em PLA. Seguindo o princípio de tolerância semântica, o *insight* de Russell parece ser este: se uma sentença é usada (enunciada em algum contexto comunicacional normal), ela deve ser significativa, e mesmo que desconheçamos a sua análise completa, seus componentes não lógicos serão certamente analisáveis em termos finais que são necessariamente referenciais (sem vacuidade referencial). Se isso for correto, então também universais

e formas lógicas puras, enquanto constituintes últimos e não analisáveis de proposições, devem poder ser nomeados.

3. O MÚLTIPLO COMPORTAMENTO SEMÂNTICO DOS NP'S

Levar a sério o *princípio de não-vacuidade* implica, no entanto, uma série de ajustes, e cria uma pluralidade de situações de nomeação. Russell defendeu em diferentes momentos da sua obra todas as teses descritivista sobre NP's alistadas acima. As três primeiras teses,

- (Da) Um NP expressa um sentido de uma DD.
- (Db) Um NP expressa (abrevia) os sentidos de um feixe de DD's.
- (Dc) Um NP expressa o sentido de uma DD metalingüística (aquele que se chama de "NP")

podem ser encontradas na passagem:

You see, therefore, that this proposition "Romulus existed" or "Romulus did not exist" does introduce a propositional function, because the name "Romulus" is not really a name but a sort of truncated description. It stands for a person who did such-and-such things, who killed Remus, and founded Rome, and so on. It is short for that description; if you like, it is short for "the person who was called 'Romulus'". (PLA 243)

A quarta tese descritivista

- (Dd) Um NP abrevia um feixe de DD's protocolares

pode ser encontrada em *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description*:

But if a person who knew Bismark made a judgement about him, the case is different. What this person was acquainted with were certain sense-data which he connected (rightly, we will suppose) with Bismark's body. His body as a physical object, and still more his mind, were only known as the body and the mind connected with these sense-data. That is, they were known by description. (KAKD 206)

Finalmente, a quinta tese descritivista,

- (De) Um NP é associado por diferentes falantes ao sentido de diferentes DD's.

pode ser encontrada, em uma forma mesclada com (Dd), no mesmo artigo

1. (...) Bismark himself might have used his name directly to designate the particular person with whom he was acquainted. (KAKD 206)
2. But if a person who knew Bismark made a judgement about him, the case is different. What this person was acquainted with were certain sense-data which he connected (rightly, we will suppose) with Bismark's body. (KAKD 206)
3. When we, who did not know Bismark, make a judgment about him, the description in our minds will probably be some more or less vague mass of historical knowledge – far more, in most case, than is required to identify him. (KAKD 207)

Russell distingue aqui três diferentes grupos de falantes que, de acordo com seu tipo de conhecimento do objeto denotado (respectivamente: conhecimento por introspecção, por percepção imediata do objeto ou por informação histórica), associam diferentes descrições ao NP. Diferentes teses descritivistas são defendidas por Russell porque a diferentes falantes corresponderão diferentes comportamentos semânticos do mesmo NP, com a peculiaridade adicional de que para o próprio portador, o NP tem (ou pode ter) um funcionamento referencial direto.

A estratégia Russelliana para garantir a tolerância semântica foi a suposição de uma referência implícita em todas as expressões de uma sentença significativa. Esta, por sua vez, levou Russell a propor um aterramento geral de toda significação na possibilidade de análise de toda sentença significativa a uma composição de termos com referência garantida (que Evans 1982: 44 designou de “propriedade cartesiana”), ou seja, de NP's lógicos. Tais NP's se referem a três tipos de entidades com

as quais mantemos uma relação cognitiva direta (*acquaintance*): sense-data, universais e formas lógicas puras.

Os sense-data são os objetos paradigmáticos das referências de NP's: sua existência é garantida por uma espécie de "tautologia existencial", na medida em que não pode ser falso. Dizer "isto existe" (apontando para algo) é uma tautologia referencial. O conhecimento de universais, por sua vez, constitui um ponto delicado da teoria. Segundo Russell (KAKD 203), quando temos contato imediato com um número suficiente de amarelos particulares, e suficiente inteligência, nos tornamos conscientes do universal, do conceito, de amarelo. Embora ele seja cuidadoso nessa passagem, ele diz explicitamente na página seguinte (KAKD 204) que nós temos acesso direto a universais. O problema aqui, no entanto, é que o reconhecimento de "um número suficiente de amarelos particulares, e suficiente inteligência" parece apontar muito mais para um conhecimento por inferência lógica (no caso, por meio de um raciocínio de abstração) do que para um conhecimento imediato. A noção de conhecimento das formas lógicas puras, finalmente, é introduzida no contexto da teoria do juízo de Russell: para que *S* possa julgar que aRb , *S* precisa conhecer não apenas os indivíduos *a* e *b*, mas também o universal *R*. Além disso, como ele precisa saber diferenciar "Pedro ama Maria" de "Maria ama Pedro", é necessário ter um acesso à forma pura aRb (contrária a bRa).

4. O COLAPSO DE SEMÂNTICA E EPISTEMOLOGIA

As conseqüências do princípio Russelliano, de que toda referência lingüística bem sucedida é baseada na composição de termos que se referem a itens do conhecimento imediato (portanto de sense-data e eventualmente da memória, sem a qual não teríamos acesso a universais), são desastrosas. Como somente itens individuais da minha experiência privada fornecem a certeza Cartesiana que Russell exige para o estabelecimento da referência, a linguagem se torna uma instituição inexorável-

mente privada. Mesmo se todos associassem a mesma descrição “o Chanceler mais famoso da Alemanha no final do século XIX” com o NP “Bismark”, a forma lógica da sentença variaria de falante para falante, pois

The word “German” will again have different meanings for different people. To some it will recall travels in Germany, to some the look of Germany on the map, and so on. (KAKD 207)

A rigor, se todo significado lingüístico depende da composição descritiva de itens conhecidos por meio de uma relação cognitiva individual (inclusive os universais e as formas lógicas), a semântica se torna subjetiva e a comunicação intersubjetiva permanece um fato misterioso. Partindo de “isto”, “aquilo”, “agora” e “eu” como constituintes basilares de toda a semântica de uma linguagem, jamais chegaríamos a uma compreensão razoável do caráter público da semântica de uma simples sentença como “Sócrates era o mestre de Platão”. A forma plural da formulação do princípio de Russell esconde a dificuldade; a rigor, ele deveria dizer no singular: “Toda proposição que *eu* posso compreender precisa ser composta completamente de constituintes com os quais *eu* tenho (e *ninguém mais tem*) conhecimento imediato”.

Esse subjetivismo na semântica de Russell invade inevitavelmente a sua compreensão da semântica dos NP's. Se “João” é uma abreviação das impressões sensíveis atuais e guardadas na memória do indivíduo que usa este NP, então dois falantes de uma língua, mesmo os dois irmãos gêmeos filhos de João, não significariam o mesmo ao usarem o nome “João” (embora, aparentemente, Russell pretenda concluir que a referência seja a mesma). Um falante particular jamais terá o mesmo conjunto de impressões que um outro falante, nem mesmo um subconjunto (não vazio) de intersecção, pois impressões sensíveis e dados da memória são intrinsecamente subjetivos. O tratamento dos NP's como abreviações de impressões sensíveis subjetivas gera a difícil questão se a análise lógica, concebida como um procedimento orientado por um padrão objetivo de

correção, pode levar a um resultado unívoco. Assim, Russell defende uma versão muito peculiar de (Db): NP's são abreviações, mas não de uma DD particular, mas de um feixe de descrições de impressões sensíveis imediatas e guardadas na memória.

Russell mesmo levantou contra si tal objeção, mas apresenta uma resposta surpreendente. Para ele, não há nada de errado com o relativismo subjetivo e o fato de que diferentes pessoas significam diferentes coisas com as palavras é uma condição necessária e salutar para a comunicação humana:

It would be absolutely fatal if people meant the same things by their words. It would make all intercourse impossible, and language the most hopeless and useless thing imaginable, because the meaning you attach to your words must depend on the nature of the objects you are acquainted with, and since different people are acquainted with different objects, they would not be able to talk to each other unless they attached quite different meanings to their words. We should have to talk only about logic- a not wholly undesirable result. Take, for example, the word "Piccadilly". We, who are acquainted with Piccadilly, attach quite a different meaning to that word from any which could be attached to it by a person who had never been in London: and, supposing that you will convey to your hearers entirely different propositions from those in your mind. They will know Piccadilly as an important street in London. (...) If you were to insist on language which was unambiguous, you would be unable to tell people at home what you had seen in foreign parts. (PLA 56)

Russell é bastante impreciso em todo texto de PLA. Embora ele afirme explicitamente nesta passagem que diferentes falantes associam diferentes proposições a mesmas sentenças devido a variações das nossas informações sensíveis armazenadas, algumas páginas adiante (PLA 112) ele mesmo escreve que se alguém é um falante competente do inglês, deve entender *o* (artigo definido) significado da descrição "the author of Waverley", como se houvesse um a apenas um significado. Seria uma consequência natural da sua concepção supor que diferentes falantes competentes do inglês associam diferentes significados à DD mencionada.

A concepção semântica de Russell em PLA é, além disso, pouco sensível ao fato inegável da grande habilidade pragmática que rege nosso comportamento lingüístico natural. Seguindo seu princípio de aterramento geral de toda expressão em dados sensoriais armazenados, Russell afirma, logo após essa passagem, que mesmo um falante competente não pode entender a palavra “Scott” sem ter ouvido a palavra antes, porque saber o significado de um nome é saber reconhecer qual é sua referência. A subsunção da função de significado à função da referência na semântica de Russell (ausente em semânticas intensionais como a de Frege) impede Russell de reconhecer a habilidade criativa de composição de significado de expressões inauditas. Qualquer falante competente do português deve entender “Valdetônio é o melhor jogador de futebol do seu bairro” sem que ele jamais tenha ouvido a palavra “Valdetônio”. Reconhecer esta expressão como nome próprio de uma entidade que é provavelmente um ser humano do sexo masculino faz parte do *background* lingüístico que somente teorias semânticas contemporâneas pragmáticas, em particular a teoria inferencialista, conseguiram integrar plenamente em suas concepções.

5. CONCLUSÃO: A PROPOSTA DO INFERENCIALISMO

Criticar sem nada propor é semelhante a destruir sem nada construir. Neste sentido, apresento apenas um rápido esboço de uma teoria semântica contemporânea que me parece ser adequada para a correção dos vícios teóricos das semânticas clássicas, como a de Russell, a saber, a semântica inferencialista proposta por Robert Brandom em *Making it Explicit* (1994). Segundo o inferencialismo semântico, as propriedades semânticas de uma expressão devem ser concebidas em termos de seu potencial inferencial, ou seja, o valor semântico de uma expressão é determinado pela sua contribuição para as relações inferenciais das sentenças na qual ela ocorre. Por exemplo, para compreender plenamente o significado do predicado “radioativo” não basta ter em mãos um conta-

dor Geiger, capaz de distinguir objetos radioativos de não radioativos, se não se tiver um mínimo domínio de física elementar. Um sujeito falante sem a mínima formação em ciência natural, mas com tal dispositivo em mãos, seria certamente capaz de dizer para todo objeto concreto x , se x é ou não parte da extensão (da referência) da expressão “radioativo”, o que seria considerado numa teoria referencialista clássica condição suficiente para o domínio da expressão. O inferencialismo exige, além dessa capacidade, a habilidade de usar o termo, no caso “radioativo”, em sentenças argumentativas como “não se aproxime, o objeto x é radioativo” ou “objetos radioativos são prejudiciais à saúde”, etc. Em suma, o sujeito deve dominar um pequeno jogo inferencial no qual o termo ocorre de modo relevante. Vale lembrar, todavia, que o inferencialismo aceita inferências materiais, classicamente consideradas entimemas (como p.ex. “se eu soltar o objeto x , ele deve cair”), como inferências válidas.

Aplicado à determinação da semântica dos termos singulares, minha proposta³ consistiria em distinguir o grau de contribuição inferencial de um NP e de uma DD numa sentença qualquer. Dada uma sentença atômica da forma Fa , o termo predicativo F legitima uma série de inferências materiais (IM) F_1a, F_2a, F_3a, \dots . Essa série pode incluir tautologias e inferências pragmaticamente irrelevantes. A introdução de uma premissa de identidade do tipo $a = b$, onde tanto “ a ” quanto “ b ” são termos singulares (NP ou DD) pode permitir dois tipos de expansão inferencial das inferências materiais originárias (IM): (1) no caso de um NP uma simples reduplicação trivial (RT), que é o conjunto de todas as sentenças geradas por substituição de “ a ” por “ b ” nas sentenças de IM

quando b é um NP: $\{Fa, a=b\} \text{ |- } \{IM\} \cup \{RT\}$

ou (2) no caso de uma DD uma expansão que contém, além da reduplicação trivial, novos teoremas materiais (NTM)

³ Essa proposta foi apresentada em detalhes em Linsky e Imaguire (2005).

quando b é uma DD: $\{Fa, a=b\} \mid - \{IM\} \cup \{RT\} \cup \{NTM\}$

Dito de modo quase simplório: quem sabia que Cícero era careca, e descobre que Cícero é Túlio (NP), reconhece apenas a conclusão adicional de que Túlio é careca (RT). Aquele que sabia que Cícero era careca, e descobre que Cícero é o orador mais famoso de Roma (DD), reconhece não apenas que o orador mais famoso de Roma é careca (RT), mas também que bons oradores não precisam ter cabelos (NTM). Assim, a diferença entre o comportamento semântico dos NP's e das DD's fica explicitável em termos puramente inferenciais. Como a correção inferencial é estabelecida publicamente, a relativização a qualquer recurso a uma categoria epistemológica ou subjetiva parece se tornar supérflua.

Claro que se admitirmos que diferentes falantes associam ao NP “ b ” (supondo que este seja um NP) diferentes sentidos (o que eu interpreto aqui no sentido de “diferentes conteúdos informacionais”), eles poderão extrair diferentes conclusões na sua expansão inferencial particular. Tais inferências serão, novamente, subjetivas, e não codificadas publicamente. Essa seria a contraparte inferencial correspondente à tese Russelliana de que a semântica é imanentemente individual. Assim, como em Frege e Russell, variações de sentidos associados a NP's teriam de ser tolerados. E aqui novamente, como em Frege e Russell, DD's se diferenciam dos NP por seguirem um padrão objetivo e público de correção inferencial. Para evitar essa subjetivização da semântica inferencial se torna necessário estabelecer uma distinção entre inferências publicamente reconhecidas e codificadas de inferências baseadas em informações subjetivas adicionais, o que me parece realizável. Mas isto é tema para outra ocasião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDOM, R. *Making it Explicit*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1994.

- EVANS, G. *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- FREGE, G. “Über Sinn und Bedeutung” [1892]. Repr. in *Funktion, Begriff, Bedeutung*. 7 Auflage. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994.
- _____. “Der Gedanke - eine logische Untersuchung” [1918-1919]. *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, 2. Repr. in *Logische Untersuchungen*, 4. Auflage, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
- HAACK, S. *Philosophy of Logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- IMAGUIRE, G. “Theory of Descriptions and Inferential Semantics”. In: B. Linsky, G. Imaguire (eds.). *On Denoting 1905-2005*. Munich: Philosophia Verlag, pp. 397- 423, 2005.
- KRIPKE, S. [1972]. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.
- LINSKY, B., IMAGUIRE, G. (eds.). *On Denoting 1905-2005*. Munich: Philosophia Verlag, 2005.
- MCCULLOCH, G. *The Game of the Name*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- RUSSELL, B. *An Inquiry into Meaning and Truth [IMT]* London: George Allen & Unwin, 1940.
- _____. “Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description” [KAKD] (1910). In: *Mysticism and Logic*.
- _____. *Logic and Knowledge*. London: George Allen and Unwin, 1956.
- _____. *Mysticism and Logic*. London: Longmans/Green, 1918.
- _____. “The Philosophy of Logical Atomism” [PLA] (1918). In: *Logic and Knowledge*.

- _____. *The Principles of Mathematics* [**PoM**] (1903). London: Routledge, 1992.
- _____. *The Problems of Philosophy* [1912]. Repr. London: Williams and Norgate, 1954.
- _____. *Principia Mathematica* [**PM**] [1910-13]. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- _____. *On Denoting* [**OD**] [1905]. Repr. in B. Russell (1956), pp.42-56.
- _____. *My Philosophical Development* [**MPD**] [1959]. Repr. London: Routledge, 1993.